



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
GABINETE - SANTA ROSA DO SUL

ATA Nº 2566/2022 - GAB/SRS (11.01.16.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santa Rosa Do Sul-SC, 18 de agosto de 2022.

ATA Nº 01/2022

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, realizou-se, por webconferência, pela plataforma da RNP, através do link: <https://conferenciaweb.rnp.br/events/reuniao-conselho-de-campus-concampus>, a primeira reunião ordinária do Conselho de Campus (CONCAMPUS) do ano de dois mil e vinte e dois. O Diretor-Geral do Instituto Federal Catarinense Campus Santa Rosa do Sul e Presidente do CONCAMPUS, professor Jorge Luís de Souza Mota, deu as boas-vindas aos Conselheiros e fez um breve comentário sobre o processo eleitoral para a formação do CONCAMPUS. Segundo o professor Jorge, houve a necessidade de realizar um processo eleitoral diferente, por conta de novos ingressos que se faziam necessários de acordo com o novo regulamento do CONCAMPUS e, por conta disso, acabou ocorrendo alguns atrasos. Conforme informou o professor Jorge, o novo regulamento não especifica o quantitativo de reuniões para o ano, no entanto, informa que são reuniões com interstício de três meses. Assim sendo, observando-se esse interstício, seria possível realizar, no máximo, quatro reuniões ao longo do ano. Como essa questão não ficou muito clara, e não foi abordada em nenhum momento na reunião do CODIR, o professor Jorge ficou de verificar melhor essa questão. A seguir, o professor Jorge informou que, verificando a existência de quórum necessário, seria dado início à reunião. No entanto, ponderou que, diante da nova composição do CONCAMPUS com o ingresso dos novos membros, o primeiro ponto de pauta, que seria a leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, no seu entendimento, estaria prejudicado. O professor Jorge propôs que na próxima reunião fosse apresentada a ata do ano passado, a fim de que possam ser feitos os comentários de contexto, para que os novos conselheiros possam avaliar se houve ou não movimentação naquele documento. A seguir, solicitou a opinião dos demais conselheiros no chat, deixando um minuto aproximadamente para as manifestações. Após a manifestação de alguns conselheiros e conselheiras no chat, declarando a sua concordância com a proposta apresentada, o conselheiro Cláudio Luiz Melo da Luz solicitou a palavra e sugeriu que, no momento de análise da ata anterior, como houve alguns participantes da gestão anterior que continuam no CONACMPUS, poderiam aprovar essa ata em uma leitura posterior, e os demais membros que estão ingressando no conselho, poderiam se abster. No entanto, o conselheiro acrescentou que concorda com a proposta de trazer a ata na próxima reunião. O professor Jorge se manifestou favorável a proposta apresentada pelo conselheiro Cláudio Luiz, pois também entende que ninguém melhor do que as pessoas que estavam no conselho anteriormente para avaliar, sendo que poderia ser enviado o estrato dessa avaliação para todos os conselheiros e, na próxima reunião fazer a leitura e o registro em ata da aprovação ou não pelo conselho anterior. Questionando se os demais conselheiros concordavam com a proposta apresentada pelo conselheiro Cláudio Luiz, diversos conselheiros se manifestaram favoravelmente à proposta. Na sequência, o professor Jorge informou que não há informações gerais da parte da presidência do conselho. Segundo o professor Jorge, há informes gerais, porém, à exemplo do que ocorre nas reuniões do CODIR, eles serão dados após o vencimento da pauta. A seguir, o professor Jorge questionou se alguém teria algo a acrescentar à pauta proposta. Não havendo manifestação dos conselheiros no sentido de propor acréscimos ou alterações na pauta, o professor Jorge informou que faria duas considerações antes de passar para o primeiro ponto de pauta. Com o objetivo de otimizar o tempo das reuniões, o professor Jorge sugeriu que, ao solicitar a opinião dos conselheiros sobre qualquer tema, seria aberto um tempo de um minuto ou trinta segundos para as manifestações dos conselheiros e, não havendo manifestações no chat, seria dado sequência a reunião. Questionando os conselheiros sobre a viabilidade a provação dessa proposição, sendo que as manifestações foram favoráveis à sugestão. O conselheiro Cláudio Luiz lembrou que é importante registrar as abstenções, quando houver, sendo que essa observação foi aceita pelo professor Jorge, que reafirmou a importância do registro da abstenção ou de qualquer discordância em relação a qualquer tema. O professor Saulo Reges Senna de Almeida questionou o Professor Jorge se teria direito à votação na condição de membro suplente e informou estar participando da reunião em função da posse dos novos conselheiros. O professor Jorge esclareceu que, como os membros titulares estavam presentes, eles votariam e, nesse caso, não seria necessário a votação dos suplentes. O conselheiro Assis Mendes informou que não estava conseguindo de manifestar, mas estava presente acompanhando a reunião. O secretário Israel Vasconcelos Cardoso questionou se o senhor Assis Mendes estava assistindo a reunião pelo celular e ele confirmou que sim. Segundo o Israel, a conselheira Cristina Bauer também

está participando da reunião pelo celular e não consegue escrever no chat. O professor Jorge solicitou que, caso os conselheiros que estão participando da reunião queiram se manifestar, habilitem o microfone e façam suas manifestações verbalmente que elas serão registradas em ata. Na sequência, o professor Jorge questionou se os(as) conselheiros(as) concordavam que o Israel Vasconcelos Cardoso seja o secretário da reunião, esclarecendo que aqueles(as) que concordavam com o nome do Israel, não precisariam se manifestar. O professor Jorge informou que até o momento desconhecia a existência de alguma alteração no novo regimento sobre os critérios para a escolha do secretário. O conselheiro Cláudio Luiz informou que, de acordo com o art. 11 do novo regimento, a secretaria deve ser exercida por uma pessoa externa ao CONCAMPUS. Como não houve manifestações contrárias, o nome do Israel Vasconcelos foi aprovado para que o mesmo continue secretariando as reuniões do COMCANPUS. A seguir, o professor Jorge cumprimentou oficialmente os conselheiros e conselheiras e fez a leitura do primeiro ponto de pauta da reunião que versava sobre a posse dos(as) conselheiros(as). O professor Jorge informou que os termos de posse foram todos assinados e solicitou que o secretário Israel Vasconcelos fizesse a leitura de um termo de posse, nominando as pessoas e, ao final, abre-se espaço para as considerações. Na sequência o secretário Israel fez a leitura do termo de posse do conselheiro Cristiano Antônio Pochmann, como membro nato titular representando a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão. A seguir, o secretário nominou os demais conselheiros e conselheiras que tomaram posse: Flávio José Petennon, como membro nato titular representando a Direção de Administração e Planejamento; Taise Martins Santos, como membro nato suplente representando a Direção de Administração e Planejamento; Marcelo Santos Bitencourt, como membro nato titular representando a Direção de Infraestrutura e Produção; Geraldo Muzeka, como membro nato suplente representando a Direção de Infraestrutura e Produção; Cristina Claumann Freygang, como membro titular representando o segmento dos docentes; Patrick de Souza Girelli, como membro titular representando o segmento dos docentes; Saulo Reges Senna de Almeida, como membro suplente representando o segmento dos docentes; Fernando José Garbuio, como membro suplente representando o segmento dos docentes; Cláudio Luiz Melo da Luz, como membro titular representando o segmento dos técnicos-administrativos; Cristina Bauer Borba, como membro titular representando o segmento dos técnicos-administrativos; Eunice Maria Castelan, como membro suplente representando o segmento dos técnicos-administrativos; Maria de Souza Matos, como membro suplente representando o segmento dos técnicos-administrativos; Maisa Benedete Duarte, como membro titular representando o segmento dos discentes; Izabel Lima Batista, como membro titular representando o segmento dos discentes; Vinícius Santana Farias, como membro suplente representando o segmento dos discentes; Nicolle Fernanda Zorge, como membro suplente representando o segmento dos discentes; Ian Borges Santana, como membro titular representando o segmento dos egressos; Analine Damiani Daros, como membro suplente representando o segmento dos egressos; Assis Mendes, como membro titular representando o segmento dos pais de alunos; Lucilene Alexandre Pereira, como membro suplente representando o segmento dos pais de alunos; Andreia Simone Ramos Soterio, como membro titular representando o segmento da sociedade civil; Andréa Corrêa Faedrich, como membro titular representando o segmento da sociedade civil; Andréia Teixeira, como membro suplente representando a sociedade civil; Cristina Quartieiro Dalpiaz Soares, como membro nato suplente representando a Direção de Ensino Pesquisa e Extensão. Na sequência, o professor Jorge informou que ele, Jorge Luiz de Souza Mota, assumiu como membro titular, na condição de Diretor-Geral do Campus e como suplente o servidor Cristiano Antônio Pochmann. O professor Jorge deu as boas-vindas aos novos conselheiros e conselheiras do CONCAMPUS, desejando a todos e todas um ótimo trabalho para o bem da nossa Instituição e do nosso Campus de Santa Rosa do Sul. A seguir, o professor Jorge concedeu um tempo para manifestações dos participantes. Como não houve manifestações, os conselheiros suplentes, cujos titulares estavam participando da reunião, foram dispensados. Dando continuidade aos itens da pauta, o professor Jorge fez a leitura do segundo item da pauta, sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Zootecnia. O professor Jorge lembrou que os conselheiros receberam por meio de uma pasta que foi compartilhada, o documento em PDF *ad referendum* número zero um de dois mil e vinte e um, PPC do Curso de Zootecnia. A seguir, o professor Jorge fez a leitura do documento, que se trata de uma Resolução que foi assinada no dia vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e um. De acordo com o professor Jorge, o documento é *ad referendum* porque ele foi assinado sem a autorização dos conselheiros e conselheiras, e por isso, está sendo submetido à aprovação nesta primeira reunião do CONCAMPUS. De acordo com informações do professor Jorge, este documento já está tramitando na Reitoria pela aprovação do curso. A seguir, o professor Jorge solicitou ao conselheiro Cristiano que fizesse o repasse das informações atuais sobre o andamento do curso na Reitoria, para que os novos conselheiros pudessem tomar conhecimento dos detalhes do processo. Segundo o professor Jorge, a assinatura desse documento aprovando o PPC do Curso de Zootecnia no campus, é necessário para que a Reitoria possa avaliar e dar continuidade ao processo de criação do curso. Antes, porém, a palavra foi concedida para a professora Cristina Freygang que pediu a palavra. A professora Cristina Freygang cumprimentou os participantes da reunião e disse que gostaria de fazer uma observação como uma das professoras que participou da construção das ementas do PPC. A professora Cristina fez um questionamento se ainda seria possível fazer alguma alteração na ementa da disciplina de genética, pois, segundo ela, após a reunião com os três Pró-reitores, o entendimento mudou com relação à obrigatoriedade da curricularização das horas de pesquisa e extensão. Segundo a professora Cristina, como o PPC voltou para este Campus, ela solicitou que a professora Liliane Cerdotes fizesse a correção, porém, observando o documento que foi compartilhado, a correção não foi feita. O professor Jorge informou que, apesar do Conselho de Campus ser

consultivo, pode resultar em recomendações que poderá ser feita. No entanto, o professor Jorge ponderou que, como não tem conhecimento sobre os detalhes técnicos dos trâmites do processo junto à Reitoria, e como o conselheiro Cristiano não estava participando da reunião naquele momento, solicitou a contribuição do conselheiro Cláudio Luiz, que já havia se manifestado no chat sobre a possibilidade de contribuir sobre o tema. O conselheiro Cláudio fez um breve resgate do histórico do processo, informando, inicialmente, que ele atende ao art. cem da Organização Didática dos Cursos do IFC. De acordo com o conselheiro Cláudio, conforme estabelece o documento, foi criada uma comissão para estudar a viabilidade para a implantação do curso. A Comissão foi formalizada, foi feito um estudo, foi feita uma pesquisa de demanda e uma consulta pública, sendo que o curso foi aprovado e, partir daí, foi criada uma comissão para a criação do PPC do curso. Após a construção do PPC, esse passou pelo núcleo pedagógico do campus que sugeriu algumas alterações. As alterações no PPC foram feitas pela comissão que encaminhou o documento para o Diretor-Geral para que fosse feita a aprovação *ad referendum*, uma vez que a nova composição do CONCAMPUS ainda não havia sido formalizada. Após a aprovação pelo Diretor-Geral, o processo seguiu para o CONSEPE na Reitoria. Ainda segundo informações do conselheiro Cláudio Luiz, nesse momento o processo se encontra parado, porque o CONSEPE solicitou que fosse feita uma revisão com relação à curricularização da extensão e da pesquisa. Assim sendo, o conselheiro Cláudio Luiz entende que, nesse momento, pode-se enviar uma observação ao CONSEPE solicitando essa alteração, por meio da própria comissão. O conselheiro Cláudio Luiz lembrou que as professoras Liliane e Franciele estão à frente desse processo, mas que como a professora Liliane está afastada em licença capacitação, a professora Franciele pode encaminhar as sugestões, na condição de substituta, conforme acordo realizado entre elas. O conselheiro Cláudio ainda considerou que seria importante que essa observação constasse na ata dessa reunião para que fique formalizado a proposta da professora Cristina, mediante o consentimento dos demais conselheiros e conselheiras, e após a mesma deve ser encaminhada para a professora Franciele que poderá encaminhar ao CONSEPE. A seguir o conselheiro Cristiano pediu a palavra e informou que estava com dificuldades de acesso à reunião e por isso, não havia escutado a última discussão. O professor Jorge fez um breve resumo da questão sobre a proposição da professora Cristina e as considerações apresentadas pelo conselheiro Claudio Luiz. O conselheiro Cristiano informou que o processo não está mais no CONSEPE, e sim no CONSUPER, e que o PPC está para ser aprovado agora no dia vinte e seis ou vinte e oito e já está no estágio final. Ainda segundo informações do conselheiro Cristiano, o PPC já passou pela PROEN e foi aprovado, passou pelo CONSEPE e foi aprovado, e que o último passo agora é a aprovação no CONSUPER. Segundo o conselheiro Cristiano, ele tem dúvidas se agora ainda pode se fazer alguma alteração. Até porque, segundo ele, tem que ver a carga horária que foi estabelecida, se não está no limite. Pois alterando a carga horária de uma disciplina, essa carga horária de curricularização da extensão e da pesquisa, vai ter que ser acrescida em outra disciplina e, entende que a mudança, nesse momento, não é tão simples. Na sequência, o conselheiro Cláudio Luiz fez um comentário ponderando que, como o processo avançou na Reitoria, essa segunda parte que ele havia proposto não deve mais ser considerada. A seguir, o professor Jorge solicitou que a conselheira Cristina Freygang resumisse a proposta de alteração do PPC para o Conselheiro Cristiano, para que posteriormente, ele possa verificar junto à Reitoria a possibilidade e os prazos para a alteração do PPC. Então, a conselheira Cristina Freygang esclareceu que, quando foi montada a disciplina de genética, havia o entendimento de que era obrigatório colocar uma carga horária na disciplina para a curricularização. Porém, de acordo com a conselheira Cristina, após os trâmites do processo junto à Reitoria e de acordo com os Pró-reitores, esse entendimento mudou. A conselheira Cristina, então, enviou um e-mail para a professora Liliane, solicitando a alteração, porém, a mudança não foi feita. Segundo a conselheira Cristina, a não alteração a preocupa, pois trata-se de uma disciplina de trinta horas, onde foi colocado apenas duas horas para a curricularização, uma vez que ela não tem perfil para tanto, porque havia a informação de que era obrigatório. Dessa forma, a conselheira Cristina salientou que se houver uma forma de retirar, para que não fique amarrado no PPC, seria ideal. Diante do exposto, o conselheiro Cristiano disse que pode entrar em contato com a Reitoria para verificar a possibilidade de alteração. No entanto, o conselheiro Cristiano ponderou que deve se ter cuidado quanto ao encaminhamento para que não atrase todo o processo que, neste momento, está prestes a ser aprovado e assim o Campus poderá abrir o novo curso. O conselheiro Cristiano se propôs a verificar junto à Reitoria como são os trâmites e se é possível fazer uma mudança nesse momento. No entanto, é preciso verificar com a comissão responsável pelo PPC, se essa alteração não implica em alterações nas cargas horárias de outras disciplinas, e, por conseguinte, em uma alteração em toda a estrutura do PPC, o que na sua opinião, seria bem complicado de fazer nesse momento, pois poderia atrasar muito a aprovação do curso, impedindo a abertura do novo curso pelo Campus para o próximo ano. Assim sendo, caso a alteração implique nos problemas elencados, o conselheiro Cristiano sugeriu que o PPC fique do jeito que está, sendo que essa sugestão foi aceita pela conselheira Cristina. O conselheiro Cláudio Luiz, concordando também com a proposição do conselheiro Cristiano, ponderou que pode se aguardar a aprovação e, depois de implantado, pode-se propor alguma alteração. A seguir, o professor Jorge voltou a pedir a atenção dos conselheiros quanto à Resolução que foi assinada *ad referendum* por ele, mas que precisa ser aprovada pelos conselheiros, conforme já justificado anteriormente. Solicitando a palavra, o conselheiro Patrick comentando o assunto anterior, sugeriu que o conselheiro Cristiano verificasse a questão junto à professora Franciele que está à frente do processo, mediante o afastamento da professora Liliane, se a alteração na carga horária vai impactar ou não. Caso a retirada das duas horas na disciplina de genética não impacte outras disciplinas, a sugestão do conselheiro Patrick é que se converse na Reitoria com a secretaria do CONSUPER para se verificar quem é o relator do processo no CONSUPER.

Segundo o professor Patrick, poderia ser sugerido para o relator que ele fizesse a emenda para que o processo seja votado no CONSUPER, já com a alteração, pois assim seriam evitados prejuízos. O professor Jorge informou que o relator provavelmente seja o servidor Rudinei de Concórdia. Em relação à aprovação do documento assinado *ad referendum*, o professor Jorge deu um tempo para que os conselheiros pudessem se manifestar, lembrando que a não manifestação é entendida como aprovação e caso o(a) conselheiro(a) queira se abster ou justificar seu voto, pode usar o chat ou o microfone para se manifestar. Como não houve manifestações, foi considerado aprovado o documento *ad referendum* número zero um, do CONCAMPUS de dois mil e vinte e um de vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e um. Na sequência, o professor Jorge informou o próximo ponto de pauta que trata da aprovação da minuta de portaria do calendário administrativo do Campus. O professor Jorge informou que o documento foi compartilhado com os conselheiros e conselheiras. Segundo o professor Jorge, a Reitoria emitiu no final do ano passado, a Portaria dois mil cento e setenta e três de dois mil e vinte e um, na data de vinte e três de dezembro, que estabelece o calendário de atividades da Reitoria para o exercício de dois mil e vinte e dois. Segundo o professor Jorge, a Portaria determina que os Diretores-Gerais elaborem os calendários administrativos dos respectivos campus. De acordo com o professor Jorge, os calendários administrativos dos campi praticamente têm as mesmas configurações do calendário da Reitoria. Porém, segundo o professor Jorge, como o nosso campus tem contrato com terceirizados, toda vez que se tem um feriado, por exemplo, em uma quinta-feira, a escola precisa emitir uma portaria definindo se vai ser ou não recesso na sexta-feira, para que possa se fazer alguma coisa em relação aos contratos terceirizados. Porém, conforme informou o professor Jorge, sempre que há a necessidade de se fazer alguma alteração no contrato administrativo, resulta em um problema para a instituição. Dessa forma, o professor Jorge comentou que para que possa ser evitada a emissão de diversas portarias ao longo do ano para cada feriado, foi elaborado um calendário administrativo do campus, onde estão previstas as reuniões, os feriados e recessos, e, com isso, evita-se a emissão pontual de portarias e, com isso, cumpre-se a determinação do artigo quinto da portaria emitida pela Reitoria. A seguir, o professor Jorge deixou o espaço aberto para as manifestações dos conselheiros e conselheiras. O professor Patrick, fazendo uso da palavra, informou que no documento que foi compartilhado não foi possível identificar a data de emissão do calendário administrativo do campus. O professor Jorge esclareceu que a data não consta porque a portaria ainda não foi promulgada e que, no momento que for aprovada pelo conselho, passa a constar a data da aprovação. O conselheiro Marcelo Bitencourt também se manifestou no chat afirmando que a portaria se tratava de uma minuta. Na sequência o conselheiro Assis informou estar com um pouco de dificuldade de se manifestar pelo fato de estar assistindo a reunião pelo celular, mas que estava acompanhando a reunião tranquilamente. O professor Jorge então reiterou que, caso o mesmo queira se manifestar sobre qualquer tema, poderá fazê-lo verbalmente que será registrado em ata. A seguir, o conselheiro professor Patrick comentou que, observando o calendário administrativo do campus, a primeira reunião do CONCAMPUS está prevista para o início de junho, a segunda reunião está prevista para o dia treze de julho e uma terceira reunião está prevista para o dia dez de novembro. O professor Patrick apresentou a sugestão de jogar a segunda reunião do CONCAMPUS para o mês de agosto, pois considerou que a data da segunda reunião está muito próxima. O professor Jorge comentou que havia pensado em apresentar uma proposta neste sentido nas considerações finais, pois segundo ele, não há matérias para essa segunda reunião. Após algumas considerações, o professor Jorge informou que os conselheiros e conselheiras podem sugerir novas datas para as reuniões do CONCAMPUS e que, em outro momento, poderá convocar uma reunião extraordinária só para a aprovação do calendário. Como não houve manifestações dos conselheiros e conselheiras, o professor Jorge sugeriu encaminhar a votação para aprovação ou não do calendário, solicitando: quem concorda com a aprovação do calendário não se manifesta e que não concorda deve se manifestar. Segundo o professor Jorge, não concordar significa entender que o calendário deve ser retirado para a construção de uma nova proposta, para apresentação em um momento posterior, ou seja, em uma reunião extraordinária. O professor Patrick se manifestou dizendo que achava contraditório aprovar o documento, para ser mudado depois de alguns minutos. A professora Cristina Freygang também se manifestou no chat que está de acordo com a avaliação do professor Patrick. O secretário Israel Vasconcelos, ponderou que, mesmo sendo apenas secretário, gostaria de externar sua opinião, se possível. O professor Jorge questionou, então, se alguém se opunha para que o secretário pudesse dar a sua opinião. Visto que as manifestações dos conselheiros e conselheiras no chat foi no sentido de não se opor a possibilidade de o secretário poder opinar, o mesmo ponderou que se tratava de uma portaria e que, posteriormente, poderão ser feitas retificações de forma tranquila. Segundo o secretário Israel, é muito comum acontecer por parte do governo federal, com relação aos recessos e pontos facultativos, emitir uma normativa um dia antes, e nesse caso, todos os campi têm que retificar a portaria de calendário administrativo. Os conselheiros Flávio e Marcelo se manifestaram no chat, concordando com as colocações do secretário Israel. A seguir, o professor Jorge ponderou que no seu entendimento a votação do documento deve acontecer e, caso seja considerado aprovado, não impede que posteriormente ocorram retificações por tratar-se de uma portaria, conforme lembrou o secretário Israel. Segundo o professor Jorge, essas retificações podem ocorrer, por exemplo, dependendo das determinações vindas da Reitoria com relação a recessos e pontos facultativos. Na sequência, o professor Jorge submeteu o calendário à votação dos conselheiros e conselheiras, informando que quem quiser se abster ou votar pela não aprovação, deve se manifestar pelo chat ou pelo microfone. O professor Patrick registrou sua abstenção pelo chat e como não houve outras manifestações, o professor Jorge declarou aprovado o documento. Antes de passar para o próximo ponto de pauta, o professor Jorge informou que as próximas reuniões serão presenciais, desde que não ocorram novos eventos que

justifiquem que a reunião seja virtual. Segundo o professor Jorge, a reunião presencial tem outra dinâmica e, como esta reunião teve que ser improvisada de forma virtual, questionou os conselheiros e conselheiras sobre a dinâmica da reunião adotada até o presente momento, deixando um breve espaço de tempo para que pudessem se manifestar, caso considerassem necessário. Os conselheiros Patrick, Marcelo, Cláudio Luiz e Ian Borges se manifestaram no chat, no sentido de aprovar a dinâmica que está sendo adotada para a condução da reunião. Na sequência, o professor Jorge leu o próximo ponto de pauta que fala sobre ciência da existência dos calendários acadêmicos e convalidação dos calendários dos anos de 2020, 2021 e 2022. A seguir, o professor Jorge informou que todos os anos ocorre a emissão dos calendários acadêmicos, que se trata de um outro calendário que o mesmo considera como o mais importante porque ele afeta realmente a vida do campus. Segundo o professor Jorge informou, o calendário acadêmico acaba gerando uma situação angustiante, pois ele acaba vindo da Reitoria e o campus tem pouco poder de manuseio sobre ele. Ainda segundo o professor Jorge, esses calendários são aprovados na Reitoria e são postos em vigência, e há uma previsão de aprovação pelo CONCAMPUS, algo que não faz sentido no entendimento do professor Jorge, uma vez que ele já foi aprovado por uma instância superior que é o CONSUPER e que já está vigente. De acordo com o esclarecimento do professor Jorge, anualmente deve ser elaborado um documento com a aprovação do calendário acadêmico pelo CONCAMPUS, e isso não ocorreu desde o ano de dois mil e vinte. Dessa forma, o professor Jorge falou sobre a importância da ciência dos conselheiros quanto à existência e aprovação do calendário acadêmico pelo CONSUPER. Assim, de acordo com o professor Jorge, a partir daí pode ser emitido um documento no sentido de declarar que os conselheiros e conselheiras do CONCAMPUS sabem da existência do calendário escolar. A seguir, o professor Jorge abriu espaço para que os conselheiros e conselheiras pudessem se manifestar sobre o tema, inclusive para contribuir no sentido de deixar o assunto mais claro para todos os membros do conselho. O conselheiro Cláudio Luiz se manifestou pelo microfone, dizendo que, para ele, o assunto estava claro e ponderou que, se alguém tivesse alguma dúvida, poderia solicitar esclarecimentos se assim julgar necessário. No entendimento do conselheiro Cláudio Luiz, o que o conselho deve fazer nesse momento, seria aprovar uma recomendação de que esses calendários acadêmicos devam seguir vigentes, lembrando que os calendários de dois e vinte e dois mil e vinte e um já passaram e o de dois mil e vinte e dois já está em execução e já foi aprovado pelo CONSEPE e CONSUPER. Ainda no entendimento do conselheiro Cláudio Luiz, o que talvez tenha que passar pelo CONCAMPUS são as possíveis alterações que podem ocorrer no calendário escolar, em função de alguns eventos que podem acontecer como, por exemplo, em caso de víruses, ciclones ou outra situação qualquer. A seguir o conselheiro Cristiano afirmou que, no seu entendimento, os calendários dos anos anteriores devem, simplesmente, ser aprovados, pois não há o que fazer. Quanto ao calendário desse ano, o conselheiro Cristiano reforçou a posição do conselheiro Cláudio Luiz, de que ele vai sofrer alguma alteração ao longo do tempo, até porque, conforme a opinião do secretário Israel, algumas alterações são necessárias em função dos recessos e feriados que são decididos em cima da hora pelo governo federal. Na sequência o conselheiro Cláudio Luiz complementou informando que os três calendários foram abertos para a participação de toda a comunidade, sendo convidados professores, técnico-administrativos e representantes de estudantes, para participarem desse processo, conforme o costume da instituição. O professor Jorge agradeceu as contribuições dos conselheiros Cláudio Luiz e Cristiano, e sugeriu que pudesse ser feito um trabalho junto ao CONCAMPUS no sentido de ter ciência do calendário escolar de dois mil e vinte e três, para que não seja necessário aprová-lo sem conhecer o seu teor, a fim de que seja possível fazer alguma observação. Após fazer mais algumas considerações sobre o calendário acadêmico, o professor Jorge destinou um tempo para que os conselheiros e conselheiras que quisessem se manifestar sobre o assunto, tivessem a oportunidade de fazê-lo, antes da votação de aprovação ou não. Como não houve manifestações, o professor Jorge encaminhou a votação para aprovação ou não dos calendários acadêmicos de dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, sendo que aqueles que concordassem não precisariam se manifestar e aqueles que não concordassem ou desejassem se abster, deveriam fazer o registro no chat ou pelo microfone. Como não houve manifestações, o professor Jorge declarou que os respectivos calendários acadêmicos foram aprovados por unanimidade. Na sequência, o professor Jorge solicitou que o secretário Israel Vasconcelos fizesse a leitura do próximo ponto da pauta e esse informou que o próximo ponto de pauta havia sido retirado. O professor Jorge esclareceu que foi enviado aos conselheiros e conselheiras uma correção da pauta, em virtude da retirada de um ponto que se tratava de uma ação administrativa que não necessitava tramitar pelo CONCAMPUS nesse momento. A seguir, o professor Jorge informou que, terminados os assuntos da pauta, seria dado início aos informes gerais. O primeiro item dos informes gerais aborda a terceirização do refeitório do campus e o professor Jorge fez uma contextualização sobre esse tema. Segundo o professor Jorge, a Direção-Geral foi procurada desde o ano passado pelo pessoal do SISAE para fazer um movimento, que na verdade já está acontecendo em outros institutos e em outros campi do nosso IFC também, que defende a terceirização do refeitório, no sentido de transformá-lo em um restaurante. De acordo com o professor Jorge, se esse assunto for aberto para a discussão na comunidade escolar, haverá opiniões diversas, favoráveis e contrárias à terceirização, até porque alguns veem o refeitório como um patrimônio do campus, enquanto, na verdade, ele é mais um setor. O professor Jorge informou que, para atuar no refeitório atualmente, é feito um contrato administrativo com uma empresa prestadora de serviços, sendo que essa empresa disponibiliza pessoas para trabalhar na cozinha, sendo que toda a gestão que envolve o restaurante é de responsabilidade do campus. De acordo com o professor Jorge, há bastante limitação da parte da instituição nesse sentido, uma vez que este Campus não tem *expertise* para ser restaurante, mas sim para ser uma instituição de

ensino e que o custo desse contrato é muito alto para a instituição e que sempre há diversas dificuldades para gerir esse setor. Ainda segundo o professor Jorge, existe uma nutricionista no campus que deveria estar envolvida na avaliação nutricional dos discentes, porém, ela não consegue desempenhar essa atividade, porque atualmente exerce o papel de chefe de cozinha, que envolve a elaboração do cardápio, a fiscalização da cozinha como um todo, fazer o controle de materiais para a compra. Então, diante do exposto, o professor Jorge informou que já havia essa reclamação por parte do SISAE, com relação à necessidade de encarar essa possibilidade de terceirizar o restaurante e, para tanto, foi constituída uma comissão para realizar esse estudo. Porém, o professor Jorge informou que foram surpreendidos por um processo aberto, que parece ser no campus de Videira e, assim sendo, foi aberta a possibilidade de outros campi aderirem ao processo licitatório, fazendo um processo único na instituição, evitando, assim, custos desnecessários. Assim sendo, o nosso campus tomou a decisão de aderir a esse processo licitatório, sendo que houve uma empresa vencedora que já está em conversa com a Direção-Geral para dar início às suas atividades no campus, operacionalizando o refeitório. De acordo com o professor Jorge, espera-se mudanças com relação à prestação dos serviços no sentido de melhorar a sua qualidade. Conforme informou o professor Jorge, como se trata de um ato administrativo ordinário, não há prejuízos para o campus, pois o contrato pode ser avaliado e, ao se constatar que o mesmo não está atendendo a contento os objetivos, ele é perfeitamente reversível, uma vez que a instituição pode não efetivar a renovação do contrato, voltando a operacionalizar como fazia anteriormente. De acordo com o professor Jorge, esse processo é muito semelhante ao que ocorreu na instituição quando foram terceirizadas as máquinas de impressão. Anteriormente a instituição comprava as impressoras e todos os insumos necessários para as impressões, enfrentando, assim, muitas dificuldades com manutenção, processos licitatórios. Ainda segundo o professor Jorge, na época em que foi feita a contratação muitas pessoas estranharam, ainda na época da gestão do professor Carlos Krause. Hoje, passada a gestão do professor Carlos Krause, a gestão do professor Deivi e agora, já, no terceiro ano da atual gestão, ninguém tem a intenção de voltar atrás porque o contrato funciona muito bem em termos técnicos, é viável economicamente, sendo um grande avanço para a instituição. De acordo com o professor Jorge, a instituição também estudou essa possibilidade em relação aos veículos, mas, naquele momento chegou-se à conclusão de que a locação não era viável economicamente, podendo, no entanto, apresentar um resultado diferente em outro momento. Após mais algumas considerações, o professor Jorge informou que muito em breve a empresa vai assumir o refeitório da escola, e todas as informações necessárias serão repassadas à comunidade para que todos saibam como vai se dar essa operacionalização e ainda o preço dos tickets. Segundo o professor Jorge, quanto ao preço dos tickets, independente da terceirização, o valor deles terá que ser atualizado, em função do alto custo da alimentação que tem aumentado nos últimos tempos no país, não tendo como manter os preços atuais, pois a instituição não dispõe de recursos para custear um valor fora da realidade. O professor Jorge lembrou ainda que a cantina da escola já é terceirizada. Na sequência, o professor Jorge passou a tratar do segundo item dos informes, sobre a atualização dos valores dos tickets de refeição para alunos, servidores e visitantes, no âmbito do campus. Segundo o professor Jorge, a instituição não gostaria de mexer nos valores dos tickets alimentação dos alunos do curso superior, porém, eles não recebem subsídios para custeio, como recebem os alunos do ensino médio. Assim sendo, a escola tem obrigação de ofertar a alimentação para os alunos do ensino médio. Quanto aos alunos do ensino superior, a escola banca parte desses custos para que a alimentação seja acessível também para eles. De acordo com o professor Jorge, está se fazendo um estudo desses valores para que, posteriormente, a comunidade escolar seja devidamente informada. O objetivo desse informe, segundo o professor Jorge, seria no sentido de oportunizar aos membros do conselho fazer alguma sugestão para a Direção-geral, mesmo após a reunião, para que se possa ter mais informações e mais embasamento tornando o processo mais transparente para toda a comunidade. Segundo informou o professor Jorge, hoje o nosso refeitório aproveita parte da produção do campus. A nutricionista avalia a qualidade dos alimentos que são ofertados, e decide quais alimentos podem ser utilizados. Alguns alimentos, no entendimento da nutricionista, requerem algumas garantias que a instituição não pode dar, pelo fato de não possuir tais certificações, e, assim sendo, eles deixam de ser utilizados no refeitório. Neste contexto, o professor Jorge esclareceu que a instituição já está negociando com a empresa que está sendo contratada, para verificar até onde ela compra os gêneros que a escola já tem comprados, ou seja, a possibilidade da empresa comprar da instituição, bem como, a situação que envolve a produção excedente da escola em função dos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Segundo o professor Jorge, esses produtos excedentes podem ser comercializados ou utilizados pela escola, caso sejam aprovados. Assim sendo, a empresa ficou de avaliar essas questões, caso não sejam aproveitados pela empresa, a escola pode comercializar esses produtos desde que providencie a certificação exigida. Neste sentido, o professor Jorge apresentou a proposta de criar uma comissão com pessoas que tenham afinidade com o tema, para buscar as certificações dos produtos. No entendimento do professor Jorge, esse processo pode ocorrer aos poucos, fazendo em um primeiro momento a certificação de um produto e, posteriormente dos demais produtos de interesse da instituição. Na sequência, o professor Jorge informou que vai abordar os demais informes, e que ao final deixará um tempo livre para a manifestação dos conselheiros e conselheiras, sobre qualquer um dos itens dos informes. Na sequência o professor Jorge passou para o item três da pauta, sobre o Relatório de Gestão de dois mil e vinte e um. Segundo informou o professor Jorge, a instituição tem por hábito, fazer o Relatório de Gestão do ano anterior, para fazer uma prestação de contas das ações da administração. Segundo esclareceu o professor Jorge, não está nas atribuições do CONCAMPUS, tomar as contas da administração do campus, no sentido direto. No entanto, na condição de membros do conselho do campus, qualquer contribuição é muito desejável, no sentido de aprimorar o

atual modelo de planejamento. Ainda de acordo com o professor Jorge, não é usual os *campis* fazerem um documento relatório anual de gestão. No entanto, quando ele chegou ao campus em dois mil e dez, o relatório era feito e continuou sendo feito ao longo das demais gestões e, dessa forma, a emissão dos relatórios anuais continua sendo feita desde o início da atual gestão. De acordo com o professor Jorge, o conselho está tendo contato com o relatório de dois mil e vinte e um em primeira mão, e posteriormente, ele será disponibilizado para toda a comunidade escolar. O professor Jorge informou ainda, que o Relatório que de fato conta é o da Reitoria, mas, no seu entendimento, é muito importante que o campus tenha o seu próprio relatório, e assim possa fazer a sua prestação de contas para a comunidade. A seguir, o professor Jorge fez algumas considerações sobre aspectos formais da organização do relatório, no sentido de facilitar a sua leitura, recomendando que todos os conselheiros e conselheiras acessem posteriormente as informações e os links para tomarem conhecimento dos detalhes. Na sequência, o professor Jorge passou para o último item dos informes gerais que trata do calendário acadêmico de dois mil e vinte e três. De acordo com o professor Jorge, sempre que possível, se tentará trazer o calendário acadêmico em tempo hábil, para que os conselheiros e conselheiras possam discutir os seus detalhes, uma vez que a comunidade escolar tem dificuldades para participar e apresentar sugestões. O professor Jorge se propôs a apresentar a situação do calendário acadêmico de dois mil e vinte e três em uma próxima reunião, para que todos possam ter noção do seu funcionamento. A seguir, o professor Jorge passou a palavra para o conselheiro Cristiano, que havia solicitado anteriormente e depois também deixará um tempo para que os conselheiros e conselheiras possam fazer as suas considerações se assim desejarem. Sobre o calendário acadêmico de dois mil e vinte e três, o conselheiro Cristiano informou que ele ainda vai passar pelo CONSEPE e, portanto, ainda vai demorar e informou que a discussão interna desse calendário vai ocorrer provavelmente no mês de agosto ou setembro. De acordo com o Cristiano, as datas de início e término do calendário já são definidas a nível de Reitoria, mas os detalhes do calendário serão definidos pela comunidade escolar mais tarde. Na sequência, o conselheiro Cláudio Luiz fez algumas considerações sobre a terceirização do refeitório do campus, agradecendo à Direção-Geral por ter respondido aos questionamentos referentes à situação da produção da fazenda, após a terceirização. Ainda segundo o conselheiro Cláudio Luiz, é importante constar que, ao comentar sobre o assunto, o Diretor Jorge respondeu a um questionamento feito por um colega servidor técnico-administrativo, sendo que ele e a servidora Cristina Bauer, como representantes titulares dos técnicos-administrativos, se comprometeram de trazer para o CONCAMPUS os questionamentos apresentados pelos colegas. Ainda de acordo com o conselheiro Cláudio Luiz, as informações prestadas serão repassadas ao colega técnico-administrativo que formulou os questionamentos. O professor Jorge também agradeceu ao conselheiro Cláudio Luiz e lembrou que a ata da reunião também será publicada no site da instituição para que todos os colegas possam ter acesso e, se por acaso, ainda persistir alguma dúvida, eles podem procurar a gestão ou os conselheiros, para que possamos dar o melhor encaminhamento possível. Não havendo novas considerações, o professor Jorge passou para a parte do encerramento da reunião, comentando que gostaria de trazer duas informações, apesar de as mesmas não constarem nos informes gerais, relativas à gestão e, ainda, duas situações que gostaria do aconselhamento dos conselheiros e conselheiras. De acordo com o professor Jorge, trata-se de ações que ele, enquanto gestor, tem total liberdade para realizar. Porém, gostaria de conversar com mais pessoas como é de costume, para saber a opinião das pessoas sobre essas ações e assim poder tomar as decisões baseado em um conjunto de opiniões e não apenas com base em sua opinião. O professor Jorge ainda esclareceu que a matéria não é parte da reunião do CONCAMPUS, mas que ele gostaria de obter esse aconselhamento com demais pessoas que pensam a instituição. A seguir, o professor Jorge questionou se os conselheiros e conselheiras permitiriam ou não que o assunto fosse abordado, esclarecendo, no entanto, que gostaria de dar os dois informes sobre a gestão, mesmo não constando na pauta da reunião. Alguns conselheiros e conselheiras se manifestaram favoravelmente no chat, sendo que os demais conselheiros e conselheiras que não se manifestaram, conforme entendimento, foram considerados também favoráveis à proposição. Na sequência, o professor Jorge tratou do primeiro informe com relação ao planejamento. De acordo com o professor Jorge, o planejamento, que a princípio foi feito para quatro anos de gestão, foi detonado pela pandemia e obrigou todo mundo a se adequar, o que nem sempre foi fácil. No entanto, o professor Jorge informou que a partir do retorno dos servidores, o planejamento foi retomado e está sendo feito um levantamento de tudo o que constava no planejamento, do que já se conseguiu executar, do que ainda está pendente, no sentido de que o planejamento original possa ser retomado. Segundo o professor Jorge, essa avaliação do planejamento é importante, a fim de que seja possível identificar as medidas corretivas que ainda são possíveis serem feitas nesse tempo de um ano e meio de gestão que ainda resta, na tentativa de cumprir o planejamento inicial. O professor Jorge informou, também, que foi feito um questionário que foi enviado para os setores, que é um diagnóstico setorial, sendo solicitado para cada coordenação que indicasse algumas informações, como: quantos postos de trabalho existe hoje na coordenação, quantos a coordenação entende que deveria ter para executar as suas atividades com excelência e a mesma coisa em relação a equipamentos e, ainda, quais são os principais problemas hoje detectados em sua coordenação. De acordo com o professor Jorge, o objetivo desse diagnóstico setorial é levantar o máximo possível de informações para otimizar a gestão e definir as prioridades, sabendo, por exemplo, quais os setores que estão mais carentes de pessoal e de recursos, muito embora, sabe-se que existe uma escassez de recursos e que a contratação de novos servidores não depende da instituição. A seguir, o professor Jorge deixou um tempo para que os conselheiros e conselheiras que desejassem se manifestar pudessem fazê-lo. Como não houve manifestações, o professor Jorge agradeceu imensamente a disponibilidade dos conselheiros e conselheiras, mesmo diante de tantas tarefas e compromissos

que todos têm. Agradeceu a colaboração de todos para o sucesso dos trabalhos em prol da nossa instituição. O professor Jorge lembrou que ficou como encaminhamento a questão de o Conselheiro Cristiano verificar junto à Reitoria, a possibilidade do atendimento da proposição da professora Cristina Freygang. O professor Jorge ainda comentou que a ata será lida posteriormente para verificar se há necessidade de emissão de algum documento e, assim que for finalizada, será disponibilizada para que todos leiam e possamos submeter à aprovação na próxima reunião. Não havendo novas considerações por parte dos conselheiros e conselheiras e nada mais havendo a tratar, o professor Jorge deu boa noite a todos e encerrou a reunião e, assim sendo, encerro a presente ata, subscrita por mim, nomeado Secretário pelos Conselheiros do CONCAMPUS do Instituto Federal Catarinense *Campus Santa Rosa do Sul*.

Israel Vasconcelos Cardoso

Secretário

CONSELHEIROS:

NOME	REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
Jorge Luís de Souza Mota	Diretor-Geral do Campus e Presidente do CONCAMPUS	Presente
Cristiano Antônio Pochmann	Diretor do Departamento de Ensino, Pesquisa Extensão – Titular	Presente
Flávio José Pettenon	Diretor do Departamento de Administração e Planejamento – Titular	Presente
Marcelo Santos Bitencourt	Diretor de Infraestrutura e Produção - Titular	Presente
Cristina Claumann Freygang	Representante dos Docentes – Titular	Presente
Patrick de Souza Girelli	Representante dos Docentes – Titular	Presente
Cláudio Luiz Melo da Luz	Representante dos Técnico-administrativos – Titular	Presente
Cristina Bauer Borba	Representante dos Técnico-administrativos – Titular	Presente
Maisa Benedete Duarte	Representante dos Discentes - Titular	Presente
Izabel Lima Batista	Representante dos Discentes - Titular	Presente
Ian Borges Santana	Representante dos Egressos - Titular	Presente
Assis Mendes	Representante dos Pais de Alunos - Titular	Presente

Andreia Simone Ramos Soterio	Representante da Sociedade Civil - Titular	Ausente com justificativa
Andréa Corrêa Faedrich	Representante da Sociedade Civil - Titular	Ausente com justificativa

(Assinado digitalmente em 18/08/2022 14:39)

JORGE LUIS DE SOUZA MOTA

DIRETOR GERAL - TITULAR

CAMP/SRS (11.01.16)

Matrícula: 2488615

Processo Associado: 23354.005127/2021-43

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **2566**, ano: **2022**, tipo: **ATA**, data de emissão: **18/08/2022** e o código de verificação: **82cea080bb**